

# MONITOR FISCAL



Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – SF  
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CD

Maio 2016  
(Dados de Março 2016)



Embora o projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 1/2016) possibilite resultado deficitário de até R\$ 96,7 bilhões, o mercado estima *deficit* primário do governo central superior a este valor, evidenciando o cenário de deterioração fiscal e o risco de descontrole da trajetória da dívida pública.

## A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

R\$ bilhões

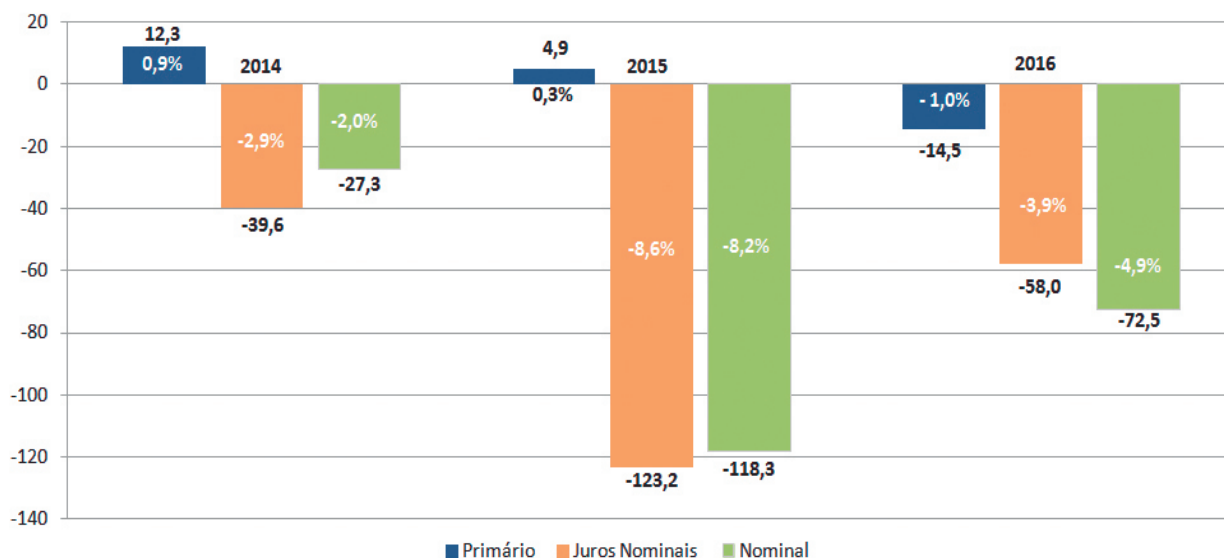
ESFERA	REALIZADO ATÉ MARÇO	LDO (REDAÇÃO EM VIGOR)		PLN Nº 1/2016	
		META DO ANO	A REALIZAR	META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	-5,8	30,6	36,3	9,3	15,1
União	-15,1	24,0	39,1	2,8	17,8
Governo Central	-14,5	24,0	38,5	2,8	17,2
Estatais	-0,6	0,0	0,6	0,0	0,6
Estados e Municípios	9,3	6,6	-2,8	6,5	-2,8

Fonte: Banco Central, para valores executados; Lei nº 13.242/2015 (LDO para 2016) e PLN nº 1/2016, para as metas do ano.

- Em março de 2016, a União incorreu em *deficit* mensal de R\$ 8,7 bilhões. Considerado o *superavit* de R\$ 20,2 bilhões em janeiro, favorecido pelo ingresso de receitas atípicas, e o *deficit* em fevereiro de R\$ 26,6 bilhões, o resultado primário da União acumulado no ano foi deficitário em R\$ 15,1 bilhões.
- Conforme destacado no Monitor Fiscal de abril, a meta de *superavit* de R\$ 24,0 bilhões (0,4% do PIB) para 2016 mostra-se inexecutável, principalmente ao se analisar a distribuição dessa meta ao longo dos quadrimestres prevista no Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016, que prevê um expressivo *superavit* de R\$ 38,7 bilhões somente no quarto quadrimestre.
- Em face do cenário de retração da atividade econômica, do elevado nível de frustração de receitas e da dificuldade de contenção de despesas, o próprio governo já reconheceu a inviabilidade do cumprimento da meta de *superavit* primário original e enviou ao Congresso Nacional projeto de lei de alteração da LDO (PLN nº 1/2016) com proposta de redução dessa meta.
- No caso da União, a meta de *superavit* primário passaria de R\$ 24,0 bilhões (0,4% do PIB) para R\$ 2,8 bilhões (0,04% do PIB). Ademais, o projeto possibilita abatimento da nova meta prevista, principalmente no caso de frustração de receitas, de modo a comportar *deficit* de até R\$ 96,7 bilhões no ano.
- O mercado projeta desequilíbrio fiscal ainda maior. O Relatório Prisma Fiscal de março revela que a média das expectativas de mercado indica *deficit* primário do governo central de R\$ 108,0 bilhões em 2016 e de R\$ 99,0 bilhões em 2017.
- A expectativa do governo também é de *deficit* em 2017, de acordo com o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para a União de 2017 (PLDO 2017), que propõe meta de resultado primário igual a zero, mas possibilita o mecanismo de abatimento da meta, o que poderia resultar em *deficit* de até R\$ 65,0 bilhões. Desde o advento da LRF, trata-se da primeira vez que o governo encaminha um PLDO que permita *deficit* primário.

## B. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados Fiscais do Governo Central (Jan-Mar, R\$ bilhões e % do PIB)

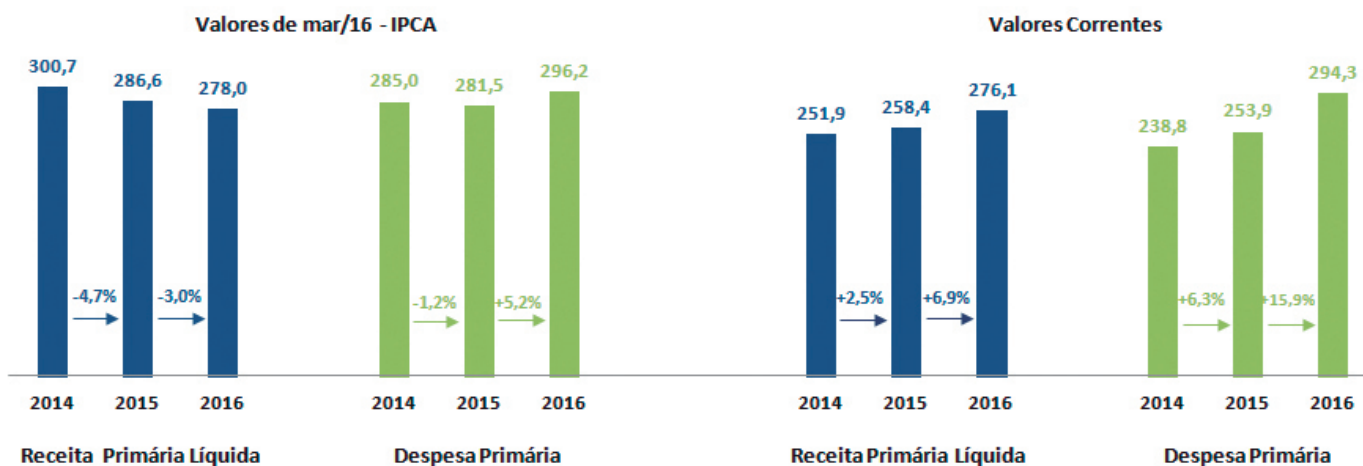


Fonte: Banco Central.

- O resultado nominal do governo central até março de 2016 foi deficitário em R\$ 72,5 bilhões (4,9% do PIB). Em 2015, o *deficit* acumulado no mesmo período foi de R\$ 118,3 bilhões (8,2% do PIB).
- Essa melhora do resultado nominal é explicada pela redução dos juros nominais líquidos, que somaram R\$ 58,0 bilhões (3,9% do PIB) até março deste ano, contra R\$ 123,2 bilhões (8,6% do PIB) no mesmo período de 2015. Essa redução decorreu do resultado favorável de R\$ 42,7 bilhões das operações de *swap* cambial no mês de março de 2016.
- Contudo, a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir, tendo em vista seu papel como instrumento de controle da inflação. O Relatório de Inflação do Banco Central, de março de 2016, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 6,6% em 2016, enquanto o mercado estima que essa taxa inflacionária alcance 6,9% neste ano, conforme Relatório Focus de 29/4/2016. Ambas as previsões encontram-se acima, portanto, do teto de 6,5% fixado para a meta do ano.

## C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - Jan-Mar (R\$ bilhões)

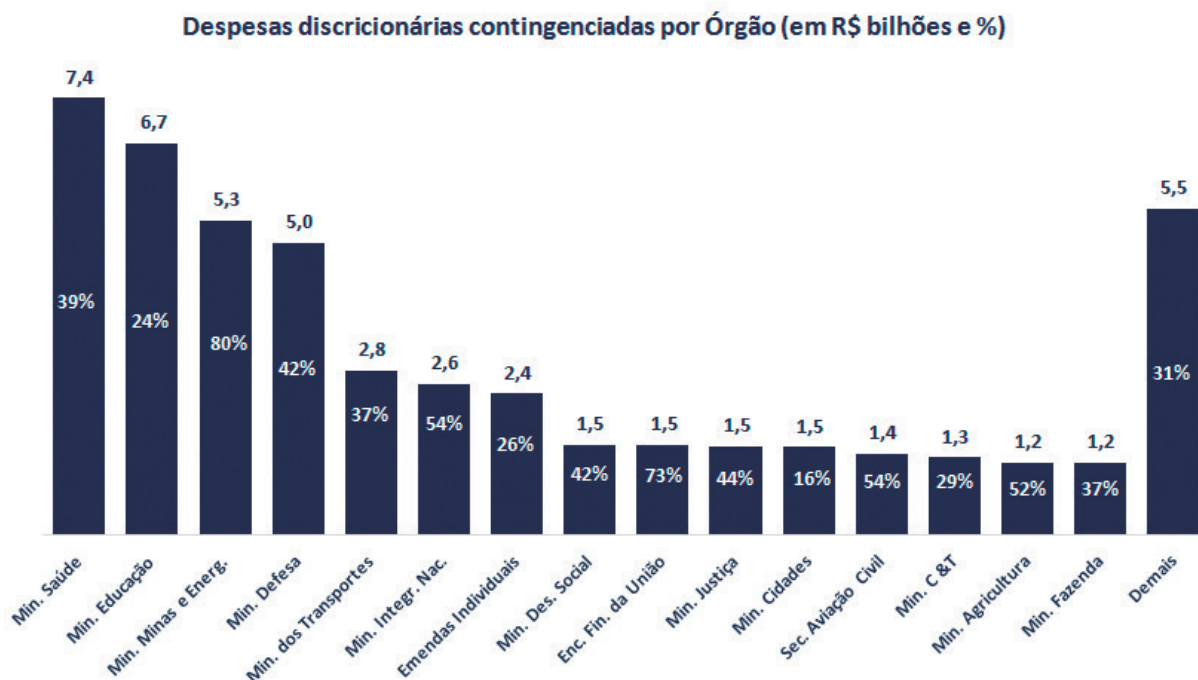


Fonte: Tesouro Nacional.

- Em relação ao primeiro trimestre de 2015, a receita primária líquida de transferências apresentou queda real de 3,0% em 2016, ao passo que a despesa primária teve aumento real de 5,2% no mesmo período. Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida teve aumento de 6,9% e a despesa primária acréscimo de 15,9% no trimestre em exame.

- No tocante à elevação da despesa, destaca-se o aumento nominal de cerca de 746% (R\$ 11,1 bilhões) nos desembolsos concernentes a subsídios, subvenções e Proagro. Enquanto no primeiro trimestre de 2015 essas despesas somaram R\$ 1,5 bilhão, tais gastos alcançaram R\$ 12,6 bilhões no mesmo período de 2016, sobretudo em razão dos pagamentos efetuados em decorrência dos Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015-TCU-Plenário.

## D. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS



Fonte: Decreto nº 8.700/2016 e Siga Brasil.

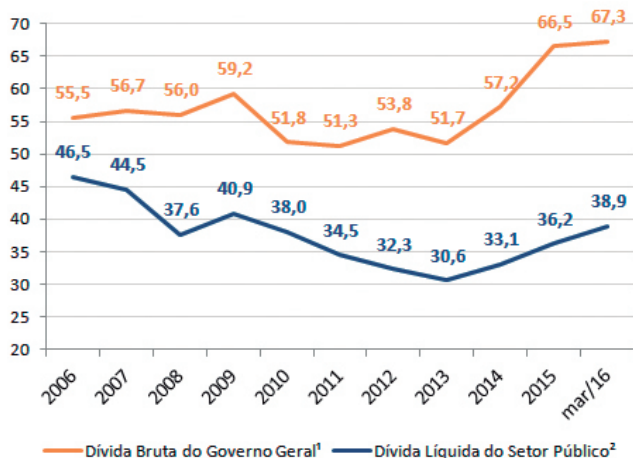
Obs.: O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 26% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2016 (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2015 (R\$ 8,1 bilhões). Considerado este valor, o contingenciamento das referidas emendas representa 29,6%.

- Em face da redução adicional de R\$ 20,2 bilhões na receita primária líquida oficialmente estimada em fevereiro, bem como da previsão de novo incremento de despesas obrigatórias, no montante de R\$ 1,0 bilhão, o Poder Executivo editou o Decreto nº 8.700, de 30/3/2016, com novos limites para realização de empenhos. Desse modo, o contingenciamento acumulado, realizado no âmbito do Poder Executivo, alcançou R\$ 48,8 bilhões, o que corresponde a 35,8% da dotação atualizada de R\$ 136,4 bilhões para despesas discricionárias.

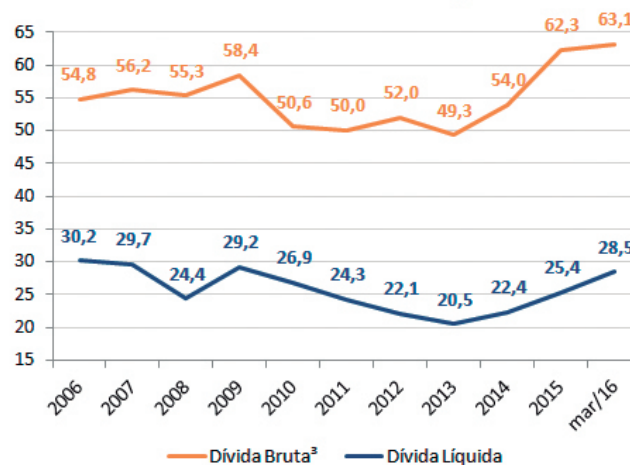
- Em termos proporcionais, tiveram mais de 50% de suas dotações contingenciadas: Ministério de Minas e Energia (80%), Encargos Financeiros da União (73%), Ministério do Turismo (58%), Secretaria de Portos (58%), Ministério da Integração Nacional (54%), Secretaria de Aviação Civil (54%) e Ministério da Agricultura (52%). Destaque-se, conforme item A, que o desequilíbrio fiscal estimado poderá ser ainda maior, o que pode agravar o cenário de contingenciamento.

## E. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

**Setor Público Consolidado - 2006 a mar/2016**



**Governo Federal - 2006 a mar/2016**



Fonte: Banco Central.

¹ A dívida bruta do governo geral abrange governo federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.

² A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais.

³ A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária do Tesouro Nacional, títulos sob custódia do FGE, dívidas securitizadas e TDA, aplicações de entidades da Administração federal, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do Governo federal, incluindo dívida assumida pela União (Lei nº 8.727/1993) e a dívida externa do governo federal.

- A dívida bruta do governo geral cresceu 0,7 p.p. até março de 2016 e atingiu 67,3% do PIB (R\$ 4,0 trilhões). Após alcançar o maior nível (67,6% do PIB) desde 2006 em fevereiro deste ano, houve uma diminuição de 0,3 p.p. neste mês. Ainda assim, a perspectiva é de elevação desse percentual. O acréscimo do endividamento, conforme item B, decorre não apenas da deterioração do resultado primário, mas também da persistência do impacto dos juros no resultado nominal. A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrole da trajetória da dívida, a qual, segundo valor médio das expectativas contidas no Prisma Fiscal de março, deve alcançar 75,0% do PIB no encerramento de 2016 e 79,8% do PIB ao final de 2017.

- A dívida líquida do setor público, em trajetória ascendente no ano, cresceu 2,7 p.p. do PIB até março. Essa ampliação é explicada principalmente pelo efeito de 1,8 p.p. decorrente da valorização da moeda nacional verificada até março e pelo encargo de 1,4 p.p. relativo a juros nominais.

- Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,8 p.p. até março de 2016 e alcançou 63,1% do PIB. Por sua vez, a dívida líquida federal soma R\$ 1,7 trilhão (28,5% do PIB) e, significativamente afetada pelas condicionantes mencionadas no parágrafo anterior, supera o valor de R\$ 1,5 trilhão esperado para o final do exercício, conforme Anexo de Metas Fiscais da LDO 2016.

### ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)  
Diretor: Ricardo Alberto Volpe  
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>  
Tel: (61) 3216-5100 | [conof@camara.gov.br](mailto:conof@camara.gov.br)

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)  
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino  
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>  
Tel: (61) 3303-3318 | [monitor.fiscal@senado.leg.br](mailto:monitor.fiscal@senado.leg.br)

### COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Avila Maia  
Arthur Falcão Freire Kronenberger  
Daniel Veloso Couri  
Ingo Antonio Luger  
Maria Emilia Miranda Pureza  
Maria Liz de Medeiros Roarelli  
Paulo Roberto Simão Bijos  
Tiago Mota Avelar Almeida  
Túlio Cambraia

### FORMATAÇÃO E IMPRESSÃO

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF | Senado Federal